



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região  
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em SBC-SP

## TERMO DE NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO DE DÉBITO FISCAL

Pelo presente termo de negócio jurídico processual, firmado com fundamento nos artigos 190 e 191 da Lei nº 13.105, de 16/03/2015, Código de Processo Civil, e na Portaria PGFN nº 742, de 21/12/2018, doravante denominado, simplesmente, "NJP", as partes, abaixo qualificadas,

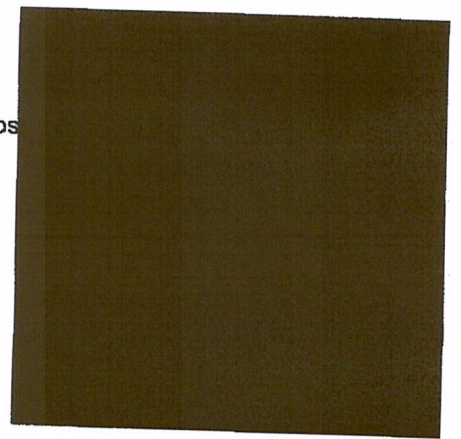
[REDACTED], inscrita no CNPJ nº [REDACTED]  
domiciliada na [REDACTED]  
neste ato representada por seu Diretor Presidente [REDACTED] CPF [REDACTED], RG [REDACTED] e por seu Procurador [REDACTED] CPF [REDACTED]  
[REDACTED] RNE nº [REDACTED], e também por seu advogado [REDACTED] CPF [REDACTED]  
[REDACTED] OAB/SP [REDACTED] doravante denominada simplesmente "devedor", e

UNIÃO – FAZENDA NACIONAL, pessoa jurídica de direito público, com endereço na Av. Kennedy, nº 88, Jardim do Mar, São Bernardo do Campo, apresentada, neste ato, pelos Procuradores da Fazenda Nacional subscritores, habilitados nos termos do artigo 131, da Constituição da República e da Lei Complementar nº 73/1993, doravante denominada, simplesmente, "Fazenda Nacional"; precedido dos "considerandos" abaixo elencados

### CONSIDERANDO

Que a legislação estimula a solução consensual dos  
§ 2º;

Dossiê [REDACTED]





Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região  
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em SBC-SP

Que a Constituição da República Assegura a todos a razoável duração do processo e os meios que garantam celeridade em sua tramitação (CR, art. 5º, LXXVIII);

Que dentre os princípios regentes da Administração Pública está a eficiência (CR, art. 37, *caput*)

Que o devedor, na condição de executado, integra o polo passivo de execuções fiscais, propostas pela Fazenda Nacional, ora elencadas e relacionadas, as quais, atualmente, compõem e representam uma dívida estimada no montante de, aproximadamente, R\$ 17.922.667,53 (dezesete milhões, novecentos e vinte e dois mil, seiscentos e sessenta e sete reais e cinquenta e três centavos);

Que o devedor, na condição de executado, manifesta boa-fé em sua atuação presencial e processual junto à Fazenda Nacional, através da formalização e subscrição do presente NJP, que ora se vincula a um plano de amortização e pagamento de débitos;

Que o devedor, de acordo com o plano de amortização e pagamento da dívida infra referenciada, conforme DOSSIÊ [REDACTED] rege-se pelos valores globais dos débitos objeto das respectivas execuções fiscais, uma vez que os créditos tributários valores relativos a débitos de dívidas não ajuizadas, estas últimas, também elencadas e relacionadas, são objeto de parcelamento administrativo ordinário;

As partes negociantes tem, entre si formalizado, justo e acertado, através do presente NJP, as cláusulas e condições seguintes:

#### 1 – DO PASSIVO FISCAL/TRIBUTÁRIO

- 1.1 – O passivo fiscal/tributário/natureza da dívida do devedor, sem prejuízo da apuração e levantamento de outros débitos e dívidas que aqui não constem expressamente discriminadas, elencadas e relacionadas, é aquele havido em relação às dívidas/débitos que se encontram inscritos em dívida ativa da União/Fazenda Nacional, ajuizados e cobrados pelas respectivas execuções fiscais, bem [REDACTED] em relação às dívidas/débitos cujas inscrições em dívida ativa, a [REDACTED] formalização legal, atualmente, não sejam objeto de execução fiscal com a exigibilidade suspensa, nos termos do artigo 151, inciso VI, da Constituição Nacional, em razão da obtenção de parcelamento ordinário pelo devedor [REDACTED]

Dossiê [REDACTED]





Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região  
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em SBC-SP

## 2- DO OBJETO E CONDIÇÕES PARA A CELEBRAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO

2.1. O presente Negócio Jurídico Processual objetiva o equacionamento e regularização de débitos inscritos em dívida ativa da União e ajuizados contra o DEVEDOR acima relacionado, constantes no Anexo I, por meio de PLANO DE AMORTIZAÇÃO da dívida, mediante:

2.1 – Pagamento fracionado do valor consolidado das inscrições em dívida ativa nº [REDACTED], [REDACTED] e [REDACTED] e do DEBCAD [REDACTED], em 60 (sessenta) amortizações mensais e sucessivas, conforme valor estipulado no Anexo II, com vencimento da primeira amortização em 31.08.2019, e das demais, no último dia útil dos meses subsequentes.

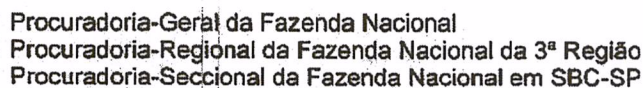
2.2 – Em 16.08.2019, o devedor recolheu a quantia de R\$ 241.067,75 (duzentos e quarenta e um mil, sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos), para que fossem iniciadas as tratativas do presente negócio jurídico processual, tendo sido emitido DARF parcial da inscrição em DAU [REDACTED], já tendo sido alocado o pagamento.

2.3 – O devedor se compromete a complementar o valor da primeira parcela até 31.08.2019, no importe de R\$ 57.643,38 (cinquenta e sete mil, seiscentos e quarenta e três reais e trinta e oito centavos), que serão pagos mediante DARF parcial a ser emitido a partir da inscrição em DAU [REDACTED]

2.4. O valor de cada amortização mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros/correção monetária equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da assinatura do presente Negócio Jurídico Processual até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

2.5. Até a inclusão do plano de amortização em sistema informatizado, as amortizações serão pagas via recolhimento de guia de arrecadação GP [REDACTED] do montante mensal devido diretamente na inscrição em dívida previdenciária nº [REDACTED]. Após a quitação do DEBCAD, serão recolhidas as arrecadações DARF com a imputação do montante mensal devido diretamente [REDACTED]

Dossiê [REDACTED]



2.6. O DEVEDOR deverá encaminhar ao endereço eletrônico da Procuradoria-Setorial da Fazenda Nacional em São Bernardo do Campo – SP ([psfn.sp.sbernardo@pgfn.gov.br](mailto:psfn.sp.sbernardo@pgfn.gov.br)), até o 15º dia do mês em referência, o valor apurado por ele para a amortização da parcela mensal, conforme especificado no Anexo II do presente termo, de modo a viabilizar a emissão do DARF para recolhimento dos valores, a serem imputados na forma do parágrafo anterior.

2.9. O DEVEDOR aceita todas as condições propostas para o plano de amortização do débito fiscal consolidado.

3.1 – O presente Negócio Jurídico Processual não confere ao DEVEDOR o direito de expedição de certidão de regularidade fiscal, salvo se apresentada garantia útil na totalidade do débito objeto do presente acordo, assim como a manutenção da regularidade dos parcelamentos em curso, e desde que a garantia seja expressamente aceita pelo Procuradoria da Fazenda Nacional.

4.1. O devedor, neste ato e por meio do presente NJP, por sua livre, espontânea e soberana vontade, renunciando expressamente a qualquer contestação ou constituição, valor e procedência da dívida, confessa, em caráter irrevogável e irretratável, para todos os fins e efeitos de direito, por sua totalidade, a dívida ora reclamada, seja ela cobrada por meio de execuções fiscais, quanto aquela inscrita em dívida ativa, desde que esteja ajuizada, tal como relacionadas nos Anexos I e II, apurada e comprovada nos termos da legislação aplicável, bem como assume integral responsabilidade por ela, e a mesma (dívida), de acordo com os prazos e condições firmados no presente instrumento.

## Dossier





Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região  
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em SBC-SP

4.2. A confissão do *caput* produz os efeitos do artigo 174, parágrafo único, inciso IV, do Código Tributário Nacional, servindo para interromper o prazo prescricional em relação a todos os débitos objeto do acordo, enquanto vigente o presente Negócio Jurídico Processual, a cada pagamento efetuado, ainda que a guia de arrecadação esteja vinculada a apenas uma das inscrições.

## 5 - DOS PARCELAMENTOS EM CURSO

5.1. O devedor declara que possui débitos incluídos em parcelamento ordinário (contas nº [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED]), cujas inscrições em dívida ativa estão relacionadas no Anexo III.

5.2. O presente Negócio Jurídico Processual fica condicionado à manutenção da regularidade dos pagamentos das prestações dos parcelamentos indicados no item 5.1 por parte do devedor.

## 6 - DO PROCESSO JUDICIAL

6.1. O presente Negócio Jurídico Processual, que estabelece plano de amortização do débito fiscal, não suspende a exigibilidade dos créditos inscritos em dívida ativa da União.

6.2. Durante o período de vigência do Negócio Jurídico Processual, a União não se oporá à suspensão das execuções fiscais nº [REDACTED] e [REDACTED] em trâmite na 2ª Vara Federal de São Bernardo do Campo - SP e não serão adotadas medidas executivas para a cobrança dos débitos.

6.3. Enquanto suspensas as execuções fiscais, não correrão quaisquer prazos para o oferecimento de defesas, recursos, manifestações ou afins, permanecendo suspenso o prazo prescricional, que não correrá em prejuízo das partes.

6.4. Após o protocolo em juízo do pedido de homologação judicial do Negócio Jurídico Processual, nos autos das execuções fiscais, será acompanhado a suspensão do processo, nos termos do artigo 313, inciso II, do Código de Processo Civil.

6.5. Caberá ao DEVEDOR peticionar nos autos dos processos nº [REDACTED] e [REDACTED]

Dossiê [REDACTED]



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região  
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em SBC-SP

juízo a celebração do Negócio Jurídico Processual, bem assim requerendo a sua homologação.

## **7 - DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL**

7.1. Implicará rescisão do presente Negócio Jurídico Processual, com o imediato prosseguimento da cobrança:

- I - a falta de pagamento de 02 (duas) amortizações mensais, consecutivas ou não;
- II - a constatação, pela União, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial por parte do DEVEDOR e seus administradores;
- III - a rescisão dos parcelamentos indicados no Anexo III;
- IV - a decretação de falência ou de outro mecanismo de liquidação judicial ou extrajudicial;
- V - a concessão de medida cautelar fiscal em desfavor do DEVEDOR ou de qualquer de seus administradores, nos termos da Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992;
- VI - a declaração de inaptidão da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- VII - a não homologação judicial, quando for o caso;
- VIII - o descumprimento ou o cumprimento irregular das demais cláusulas estipuladas no presente Negócio Jurídico Processual.

## **8 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

8.1. O Negócio Jurídico Processual produzirá efeitos enquanto pendente de homologação judicial, devendo o DEVEDOR promover as medidas necessárias ao cumprimento.

8.2. Rescindido o Negócio Jurídico Processual, será retomado o cumprimento, com a tomada de providências para a cobrança do crédito executado, tanto judicialmente quanto extrajudicialmente.

Dossiê





Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região  
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em SBC-SP

8.2 - Cumpre consignar que à exceção das duas últimas inscrições em DAU, as demais inscrições foram objeto de protesto em 16.08.2019, sendo certo que o presente NJP é firmado com vistas à suspensão dos atos de cobrança administrativa e judicial até a quitação integral dos créditos e/ou a rescisão do presente NJP, nos termos do item 7.

8.3. A rescisão do NJP implicará no encaminhamento imediato das inscrições para protesto.

8.3. O DEVEDOR se obriga a apresentar, até o mês de junho de cada ano, sua situação econômico-financeira, por meio de demonstrações de resultados do seu exercício anterior, por meio do balanço contábil apurado ou, sempre que a PGFN reputar oportuno, por meio de documentos e informações complementares com a demonstração do resultado do exercício.

8.4. O DEVEDOR se obriga a encaminhar ao endereço eletrônico da Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em São Bernardo do Campo-SP (psfn.sp.sbernardo @pgfn.gov.br), mensalmente, o comprovante de pagamento das amortizações realizadas no período.

8.5. A celebração do presente Negócio Jurídico Processual não dispensa o recolhimento das obrigações tributárias correntes devidas pelo DEVEDOR, nem mesmo o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal.

8.6. Serão consideradas obrigações tributárias correntes, para os fins do presente Negócio Jurídico Processual, aquelas vencidas e não pagas em até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da ciência da notificação expedida pelo órgão administrador do débito.

8.7. Cessarão os efeitos deste Negócio Jurídico Processual se, a qualquer tempo, houver descumprimento de suas cláusulas ou, ainda, se, nos termos do art. 190, parágrafo único, do Código de Processo Civil, o Poder Judiciário, em controle da validade do negócio, recusar-lhe aplicação.

8.8. Na hipótese de o presente Negócio Jurídico Processual ser declarado nulo, a parte não nula será preservada em todos os seus efeitos.

8.9. O presente Negócio Jurídico Processual não interfere em quaisquer procedimentos no CADIN, Cadastro de Inadimplentes com o FGTS ou qualquer outro procedimento alheias ao objeto do presente acordo.

Dossiê



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região  
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em SBC-SP

8.10. O presente Negócio Jurídico Processual e a interpretação das suas cláusulas não podem implicar na redução do montante dos créditos inscritos ou renúncia às garantias e privilégios do crédito tributário.

8.11. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes, havendo aditamento a este negócio apenas quando for entendido necessário.

CLÁUSULA 14ª. Além das presentes cláusulas, são partes integrantes deste Negócio Jurídico Processual:

- i. ANEXO I – Relação de débitos do DEVEDOR incluídos no Negócio Jurídico Processual;
- ii. ANEXO II – Plano de amortização com o valor de entrada e parcelas básicas sem juros;
- iii. ANEXO III – Relação de inscrições em dívida ativa incluídas em parcelamentos administrados pela PGFN.

E para constar e fazer prova do que foi ajustado, foi lavrado o presente Termo em 2 (duas) vias, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

São Bernardo do Campo, 29 de agosto de 2019

Representantes do DEVEDOR

Diretor Presidente

Procurador

Dossiê





Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região  
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em SBC-SP

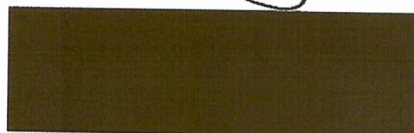
**Representantes da Procuradoria da Fazenda Nacional:**



**Procuradora Seccional da Fazenda Nacional**



**Procurador da Fazenda Nacional**



**Procurador-Chefe da Dívida Ativa na PRFN 3ª Região**

**Dossiê**





Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região  
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em SBC-SP

#### ANEXO I

#### RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES EM DÍVIDA ATIVA CONTEMPLADAS NO PLANO DE AMORTIZAÇÃO

Inscrições	Valor Consolidado*	Execução Fiscal	Juízo
[REDACTED]	R\$ 8.274.371,52	[REDACTED]	2ª VF de SBC
[REDACTED]	R\$ 3.226.864,16	[REDACTED]	2ª VF de SBC
[REDACTED]	R\$ 2.766.227,69	[REDACTED]	2ª VF de SBC
[REDACTED]	R\$ 1.228.533,79	[REDACTED]	2ª VF de SBC
[REDACTED]	R\$ 2.406.670,37	[REDACTED]	2ª VF de SBC

#### ANEXO II

#### PLANO DE AMORTIZAÇÃO – PAGAMENTO À VISTA E PARCELAS BÁSICAS

Nº da Parcela	Tipo	*Valor Básico
		R\$17.922.667,53
0001	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0002	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0003	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0004	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0005	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0006	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0007	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0008	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0009	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0010	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0011	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0012	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0013	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0014	Parcela Básica	R\$ 298.711,13

Dossiê [REDACTED]





Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região  
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em SBC-SP

0015	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0016	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0017	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0018	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0019	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0020	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0021	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0022	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0023	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0024	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0025	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0026	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0027	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0028	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0029	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0030	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0031	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0032	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0033	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0034	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0035	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0036	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0037	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0038	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0039	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0040	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0041	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0042	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0043	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0044	Parcela Básica	R\$ 298.711,13

Dossiê



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região  
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em SBC-SP

0045	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0046	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0047	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0048	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0049	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0050	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0051	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0052	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0053	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0054	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0055	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0056	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0057	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0058	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0059	Parcela Básica	R\$ 298.711,13
0060	Parcela Básica	R\$ 298.711,13

\*Valores básicos atualizado para julho/2019. No momento do pagamento da amortização, deve o DEVEDOR acrescentar juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da assinatura do presente Negócio Jurídico Processual até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado, nos termos da Cláusula 1ª, II, §1º.

Dossiê





Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região  
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em SBC-SP

**ANEXO III**

**INSCRIÇÕES INCLuíDAS EM PARCELAMENTOS**

Inscrições	Conta de Parcelamento SISPAR	Modalidade de Parcelamento
[REDACTED]	[REDACTED]	0015 - PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZACAO TRIBUTARIA - PERT - DEBITOS PREVIDENCIARIOS
[REDACTED]	[REDACTED]	0015 - PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZACAO TRIBUTARIA - PERT - DEBITOS PREVIDENCIARIO
[REDACTED]	[REDACTED]	0014 - PARCELAMENTO SEM GARANTIA - PESSOA JURIDICA - D PREVIDENCIARIA - ATE 1 MILHAO DE REAIS
[REDACTED]	[REDACTED]	0014 - PARCELAMENTO SEM GARANTIA - PESSOA JURIDICA - DIVIDA PREVIDENCIARIA - ATE 1 MILHAO DE REAIS
[REDACTED]	[REDACTED]	0014 - PARCELAMENTO SEM GARANTIA - PESSOA JURIDICA - DIVIDA PREVIDENCIARIA - ATE 1 MILHAO DE REAIS
[REDACTED]	[REDACTED]	0002 - PARCELAMENTO SEM GARANTIA - PESSOA JURIDICA - DEBITO NAO PREVIDENCIARIO - ATE 1 MILHAO DE REAIS
[REDACTED]	[REDACTED]	0002 - PARCELAMENTO SEM GARANTIA - PESSOA JURIDICA - DEBITO NAO PREVIDENCIARIO - ATE 1 MILHAO DE REAIS
[REDACTED]	[REDACTED]	0002 - PARCELAMENTO SEM GARANTIA - PESSOA JURIDICA - DEBITO NAO PREVIDENCIARIO - ATE 1 MILHAO DE REAIS
[REDACTED]	[REDACTED]	0002 - PARCELAMENTO SEM GARANTIA - PESSOA JURIDICA - DEBITO NAO PREVIDENCIARIO - ATE 1 MILHAO DE REAIS

Dossie [REDACTED]